



# Relatório de Acompanhamento Fiscal - RAF

**Abril de 2017**

**Felipe Salto**

Diretor-Executivo

Brasília, 7 de abril de 2017

## Destques

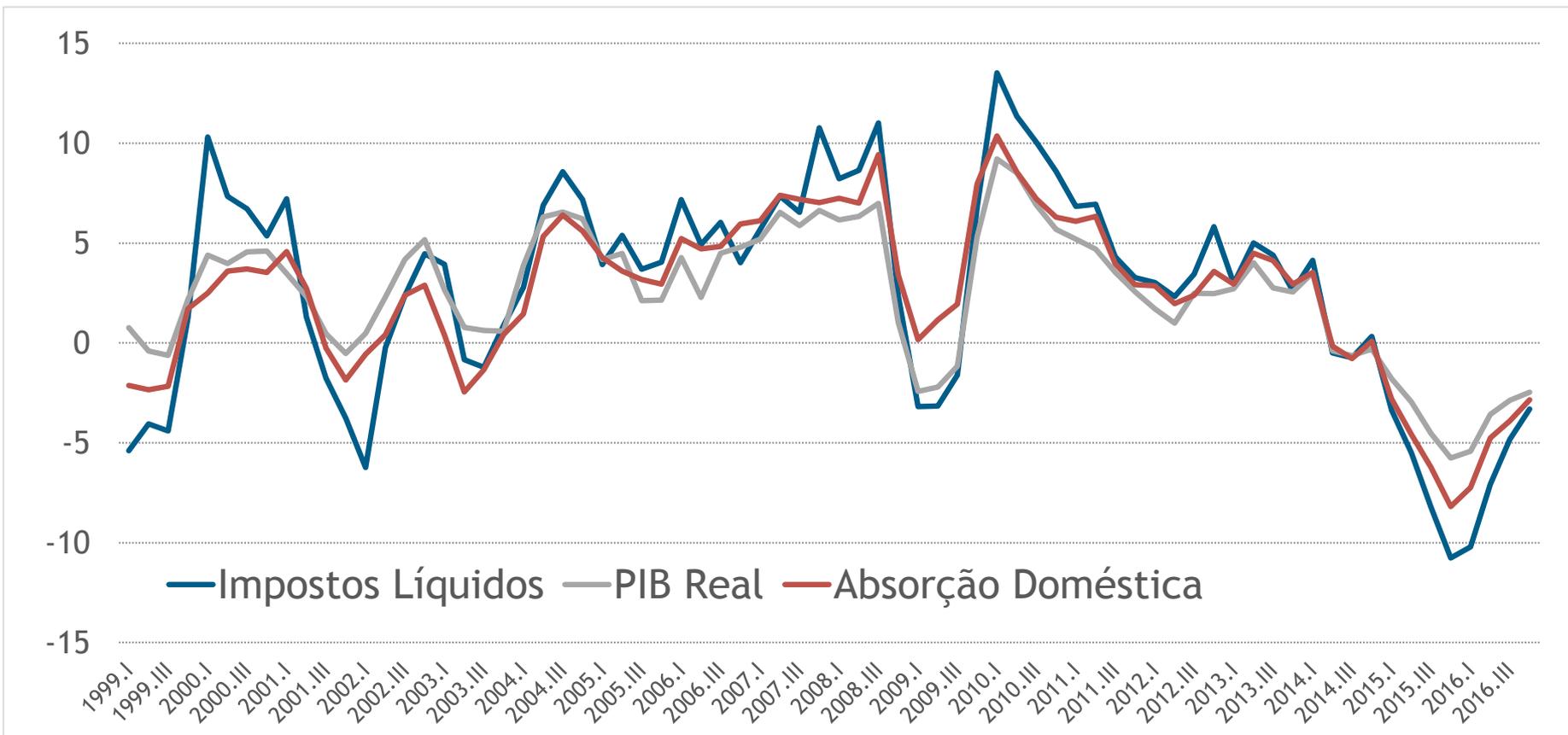
- Retomada das receitas fiscais deve ser **gradual**.
- Contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões deve levar ao **cumprimento da meta fiscal**.
- IPRO: novo indicador calculado pela IFI avalia evolução da **prudência orçamentária**.
- O uso do resultado do Banco Central **tem efeito fiscal relevante** e merece melhor regramento.

# Retomada gradual das receitas

- **Queda da inflação e corte da taxa de juros** devem estimular o consumo: **mas** efeitos sobre a demanda devem levar algum tempo para se materializar.
- Efeito sobre o consumo **limitado pelo elevado comprometimento da renda das famílias** com dívidas bancárias.
- **Elevada taxa de desocupação e queda da massa salarial também inibem a demanda no curto prazo:** em jan/2017, a taxa de desocupação atingiu 12,6% (maior nível da série iniciada em março de 2012 e alta de 3,1 p.p. em relação a jan/2016)
- **Investimentos:**
  - (i) limitados pelo **elevado grau de ociosidade** da indústria: permite retomada de produção sem ampliação de capacidade instalada no curto prazo; e
  - (ii) impacto das concessões de infraestrutura se materializarão na FBCF em **horizonte mais longo**.

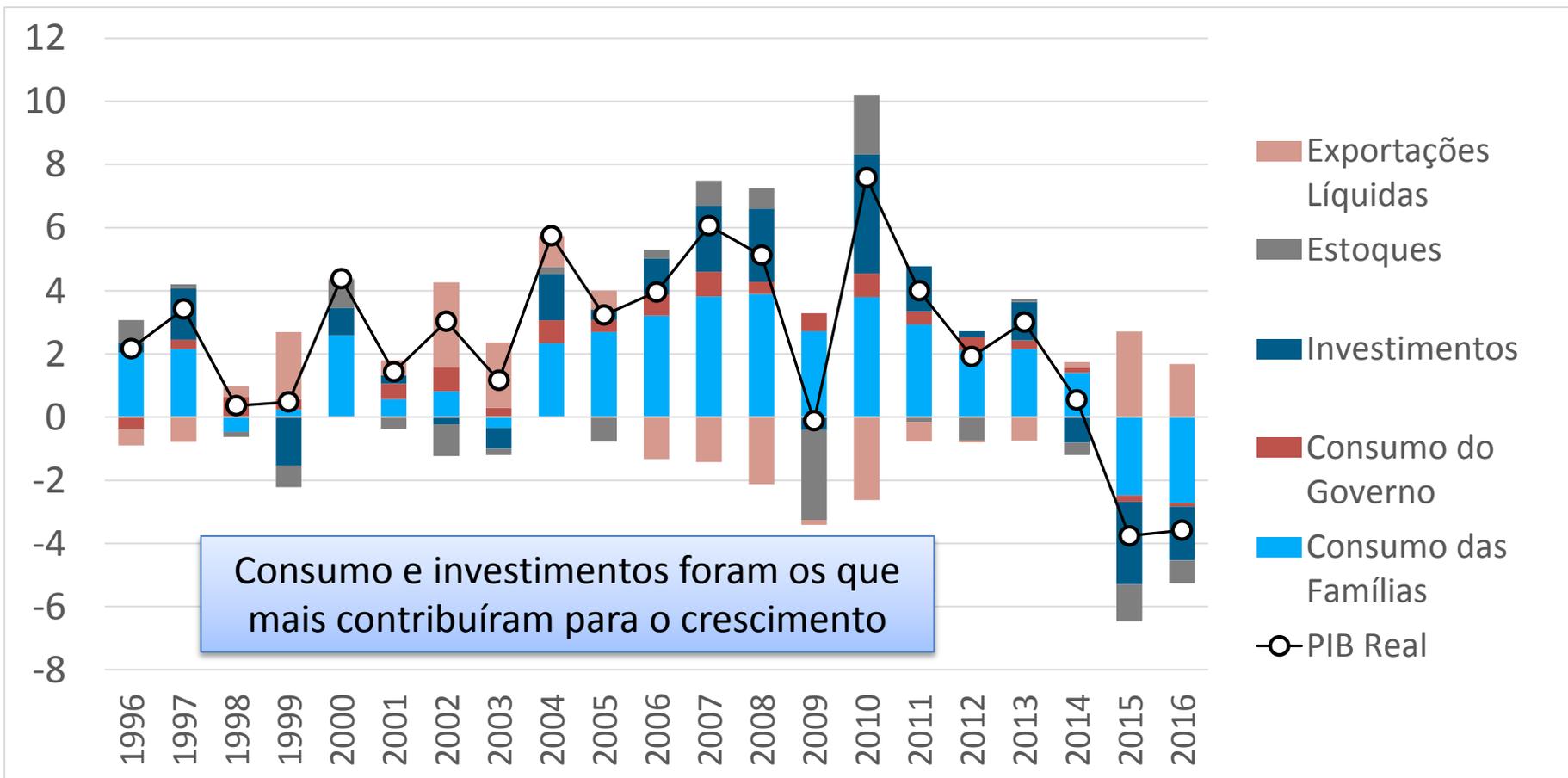
# Retomada gradual das receitas

- A arrecadação de impostos (líquida de subsídios) está mais alinhada à **absorção doméstica do que ao PIB propriamente dito**: carga tributária sobre as exportações líquidas é limitada.



# Retomada gradual das receitas

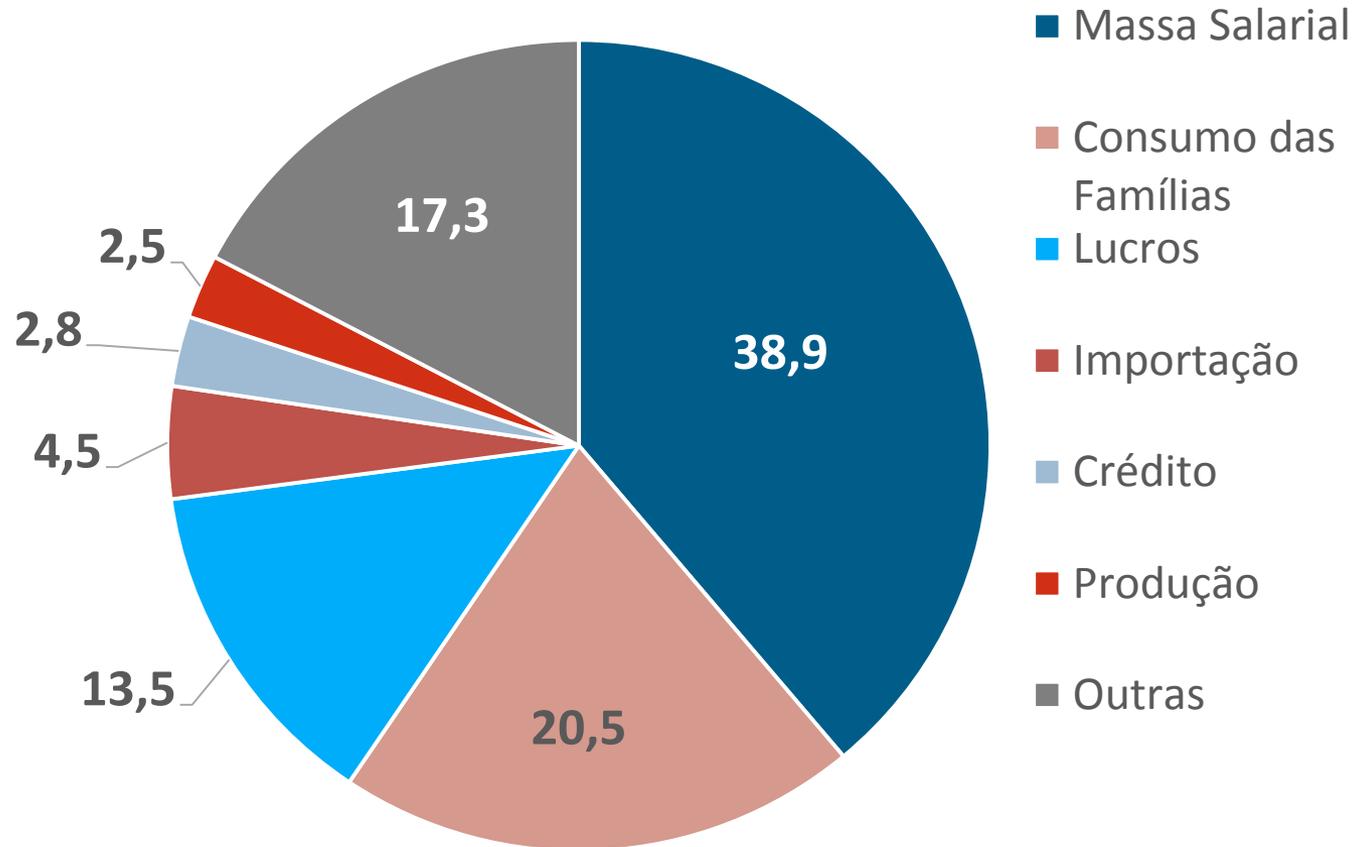
- CONTRIBUIÇÃO DOS AGREGADOS MACROECONÔMICOS PARA O CRESCIMENTO REAL DO PIB:



# Retomada gradual das receitas

- COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS BASES TRIBUTÁRIAS DAS RECEITAS PRIMÁRIAS DA UNIÃO (PARTICIPAÇÃO NA RECEITA BRUTA):

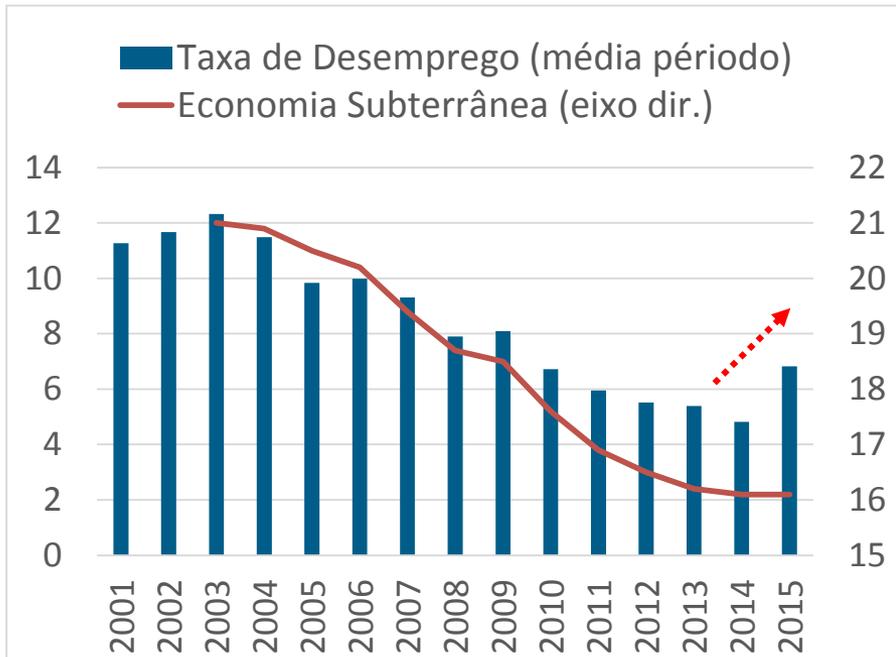
Massa salarial +  
Consumo das  
famílias:  
**60%** das  
receitas  
primárias da  
União



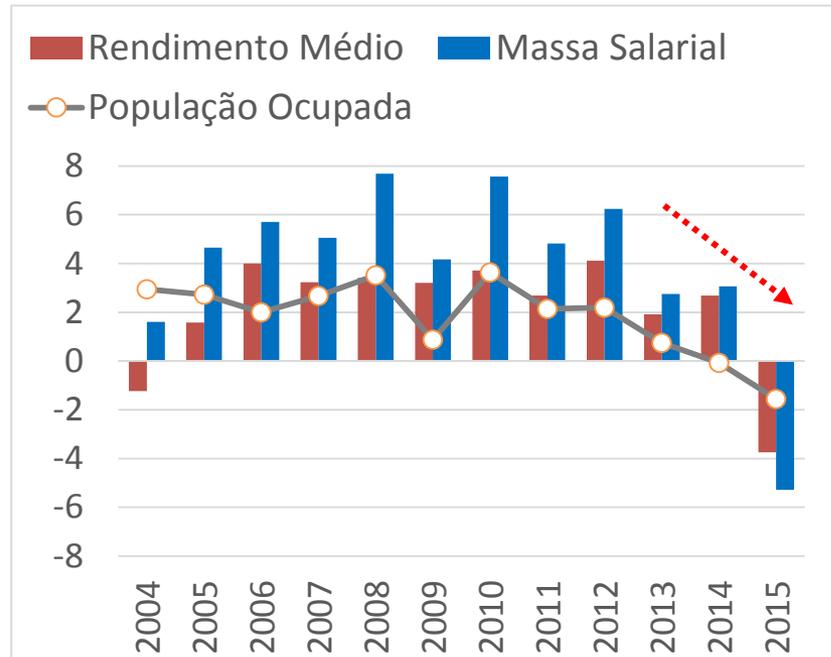
# Retomada gradual das receitas

- INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO:

Taxa de desemprego e economia informal (em % do pib)



Indicadores selecionados (em %)

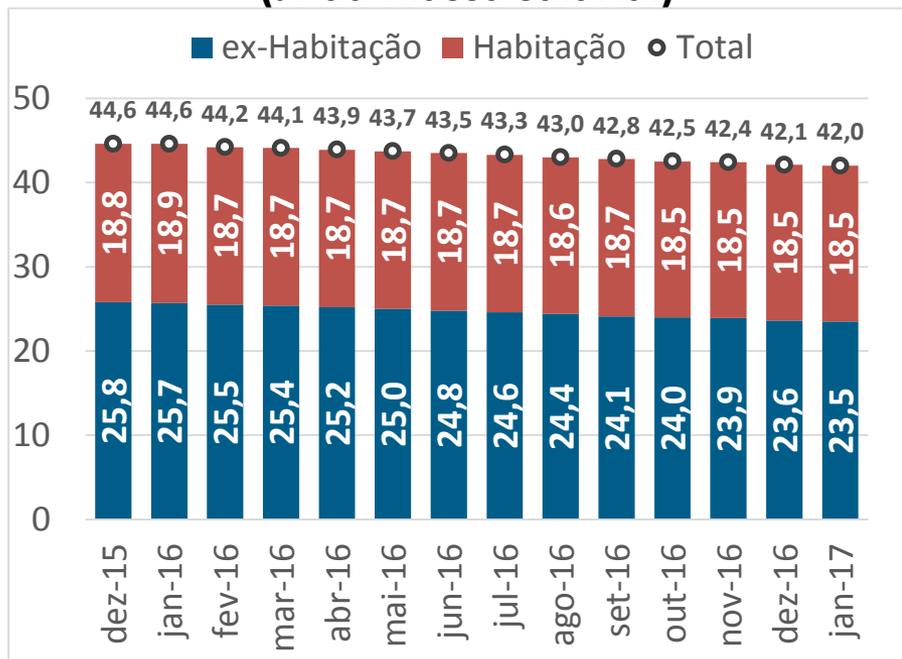


Dinâmica positiva do mercado de trabalho na última década contribuiu para o forte crescimento das receitas públicas. Mas a piora recente nos indicadores do mercado de trabalho pesa contra uma recuperação mais rápida das receitas

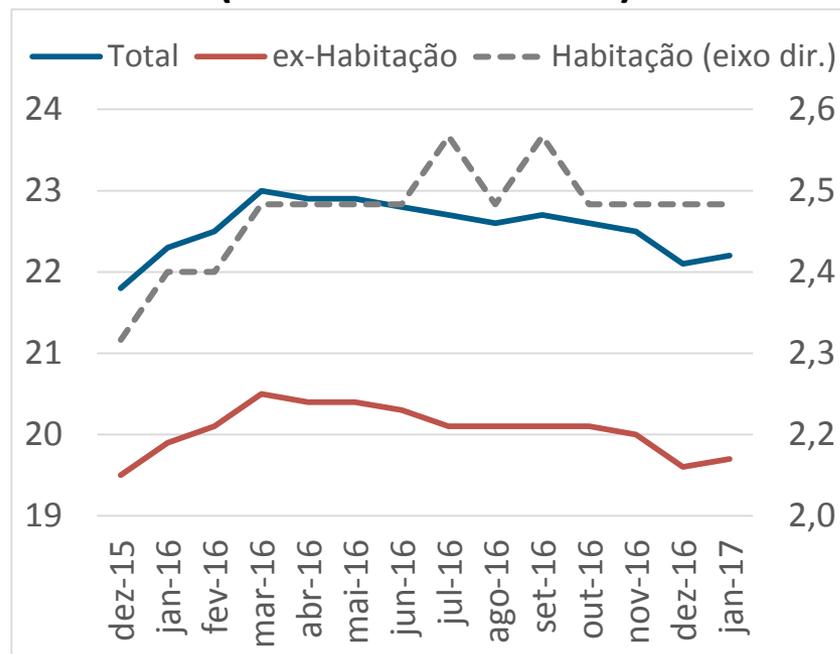
# Retomada gradual das receitas

- CONSUMO DAS FAMÍLIAS:

### Endividamento das famílias (% da massa salarial)



### Comprometimento da renda (% da massa salarial)



Retomada do consumo das famílias também é afetada pelos elevados níveis de endividamento e comprometimento da renda.

# Contingenciamento

- O governo prevê uma necessidade total de ajustes no orçamento de **R\$ 58,2 bi**:
  - **R\$ 16,1 bi** serão obtidos por meio de **novas receitas**;
  - **R\$ 42,1 bi** por meio de **contingenciamento** de despesas discricionárias.
- **Esse contingenciamento deverá levar ao cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 139,0 bi.**
- As receitas previstas pelo governo estão R\$ 9,3 bilhões inferiores às consideradas pela IFI: receitas administradas (+R\$ 5 bi), arrecadação líquida do RGPS (-R\$ 7,7 bi) e receitas não administradas (-R\$ 6,6 bi).
- Quanto ao total da despesa, praticamente não há diferenças entre as projeções da IFI e do governo.
- Os ministérios mais atingidos pelo contingenciamento foram: Defesa (R\$ 5,8 bi), Transportes (R\$ 5,1 bi), Educação (R\$ 4,3 bi), Cidades (R\$ 4,2 bi) e Ciência e Tecnologia (R\$ 2,6 bi). Esses cinco órgãos respondem por 58% do contingenciamento realizado

# Contingenciamento

## PRINCIPAIS DESVIOS NAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Discriminação	2017		Diferenças		
	Relat. 1º Bim.	Decreto 9.018/17	IFI	IFI-REL	IFI- DECR
Benefícios Previdenciários	560,6	560,6	566,5	6,0	6,0
Pessoal e Encargos Sociais	283,0	283,0	284,0	1,0	1,0
Abono e Seguro Desemprego	57,4	57,4	55,9	-1,6	-1,6
Compensação ao RGPS pelas Desonerações	16,0	11,3	16,0	0,0	4,8
Subsídios, Subvenções e Proagro	26,8	26,8	23,2	-3,6	-3,6
Outras Despesas Obrigatórias	6,5	6,6	3,3	-3,2	-3,3

No total, projeções da IFI estão próximas às do governo: divergências em itens específicos se compensam

# Contingenciamento

## PRINCIPAIS MINISTÉRIOS SUSCETÍVEIS AO CONTINGENCIAMENTO

Órgãos	Valores			% sobre dotação			% sobre total			
	PAC	Outras	Total	PAC	Outras	Total	PAC	Outras	Total	
	(1)	(2)	(1) + (2)							
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	322,3	2.257,1	2.579,4	41,9%	44,4%	44,1%	3,1%	8,2%	6,8%
26000	Ministério da Educação	225,0	4.083,2	4.308,2	24,4%	15,9%	16,2%	2,1%	14,9%	11,3%
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	3.732,9	1.398,2	5.131,0	27,3%	66,6%	32,5%	35,4%	5,1%	13,5%
52000	Ministério da Defesa	1.811,4	3.947,0	5.758,4	27,9%	44,5%	37,5%	17,2%	14,4%	15,1%
56000	Ministério das Cidades	3.035,6	1.136,9	4.172,5	29,0%	76,4%	34,9%	28,8%	4,1%	11,0%
-	Outros	1.409,7	14.653,0	16.062,7	29,0%	27,0%	27,2%	13,4%	53,3%	42,3%
<b>TOTAL</b>		<b>10.536,8</b>	<b>27.475,5</b>	<b>38.012,4</b>	<b>28,3%</b>	<b>28,2%</b>	<b>28,2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Contingenciamento atinge mais fortemente alguns ministérios. No total, 28,2% das despesas discricionárias foram contingenciados.

# Prudência orçamentária

- A LRF instituiu sistemática bimestral de acompanhamento dos agregados fiscais, como forma de **garantir o cumprimento das metas previamente fixadas**. Tal sistemática pressupõe a projeção de receitas e despesas ainda por acontecer.
- Para evitar riscos, é de se esperar que essas estimativas sejam feitas de maneira prudente, ou seja, **receitas consideradas pelo menor valor e despesas pelo maior valor** entre as alternativas igualmente válidas.
- O **IPRO – indicador de prudência orçamentária** – é uma tentativa de acompanhar o grau de prudência na condução das estimativas de receitas e despesas.
- A ideia é criar um indicador sintético que seja **positivo caso a condução das projeções orçamentárias seja considerada prudente e negativo caso contrário**.

# Prudência orçamentária

- O IPRO é obtido a partir da seguinte fórmula a seguir:

$$IPRO = \text{média} \left( \frac{(REC \text{ realizadas})_T - (REC \text{ projetada})_i + (DESP \text{ projetada})_i - (DESP \text{ realizadas})_T}{|PRIMÁRIO_T|} \right)$$

Onde:  $i$  = períodos de avaliação de receitas e despesas (LOA, Decretos, Relatórios Bimestrais e Extemporâneos);  $T$  = ano de referência; REC = Receitas primárias; DESP = Despesas primárias obrigatórias *sem controle de fluxo*.

- O indicador pode ser reescrito como a soma de dois indicadores parciais:

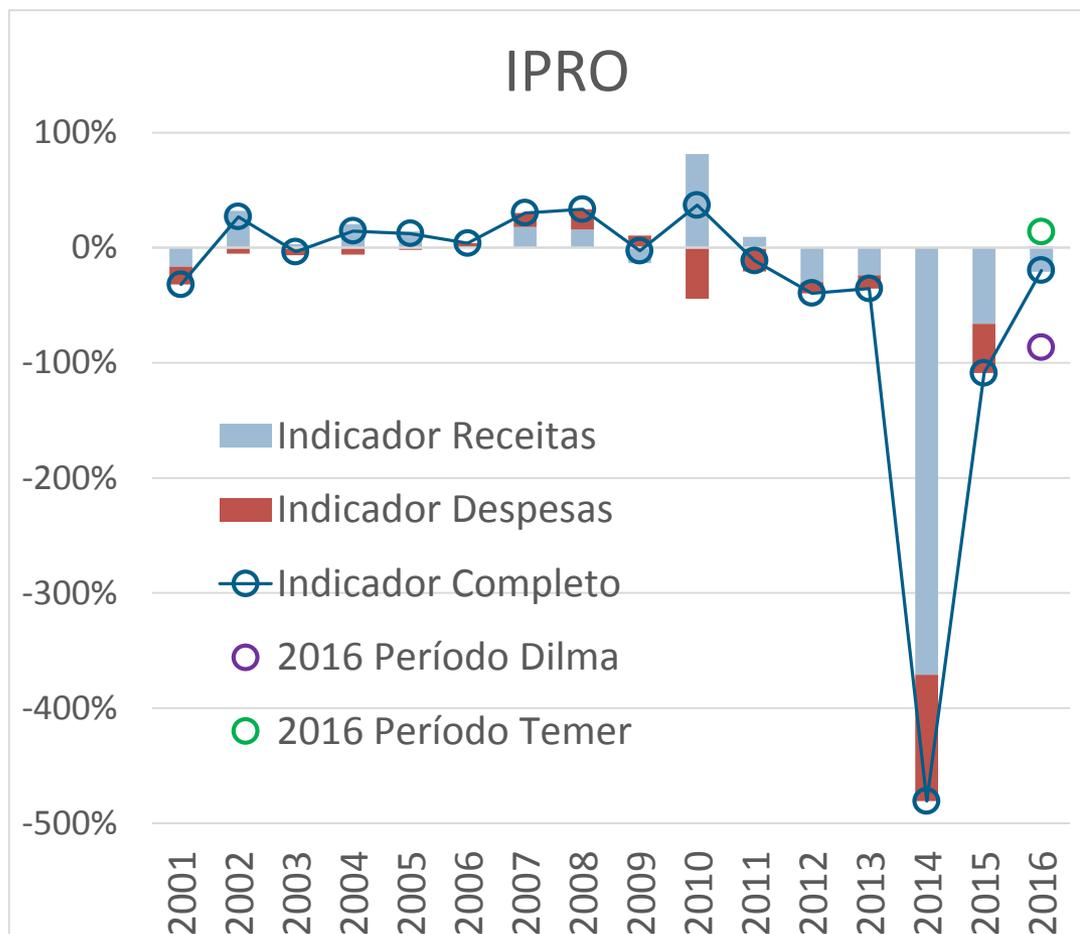
$$IPRO = IPRP\_R + IPRO\_D$$

Onde:

$$IPRO\_R = \frac{\text{Média } (REC \text{ realizadas})_T - (REC \text{ projetada})_i}{|PRIMÁRIO_t|},$$

$$IPRO\_D = \frac{\text{Média } (DESP \text{ projetada})_i - (DESP \text{ realizadas})_T}{|PRIMÁRIO_t|}.$$

# Prudência orçamentária



- 2001 a 2010: IPRO quase sempre positivo (condução das estimativas foi conservadora ou prudente).
- 2011 a 2016: indicador sempre negativo (condução pouco conservadora da política fiscal)
- **Em 2014: erro das estimativas equivalente a 480% da meta de resultado primário do ano.**

# Prudência orçamentária

- Estimativas para 2017: indicador ainda negativo, mas em valores menores do que em anos recentes.
- Indicador de receitas desfavorável (-15,0%), ao lado de um indicador de despesas conservador (4,2%).

Descrição	LOA 2017	Decreto de Programação 2017	Avaliação do 1º Bimestre	Média 2017
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Indicador Receitas	-25,4%	-25,4%	5,8%	-15,0%
Indicador Despesas	8,0%	8,0%	-3,5%	4,2%
Indicador Completo	-17,4%	-17,4%	2,3%	-10,8%

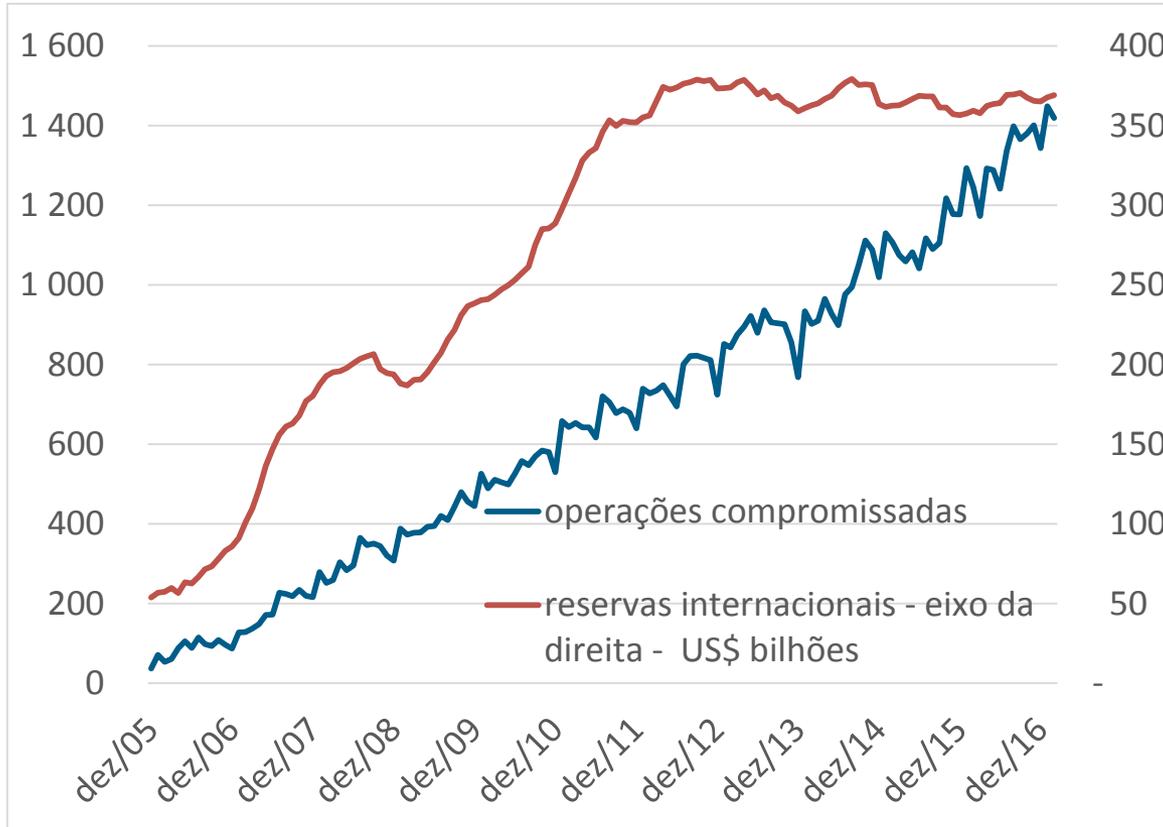


# Relacionamento Tesouro – Banco Central (Box 2)

- Canais de relacionamento:
  1. **Operações do Banco Central com títulos públicos:** controle da liquidez na economia
  2. **Disponibilidades do Tesouro Nacional:** a gestão da conta única está a cargo do Tesouro, mas o depositário dos recursos é o Banco Central. A remuneração da conta única é próxima à Selic e pode ser utilizada livremente pelo Tesouro.
  3. **Depósito das reservas internacionais no Banco Central**
  4. **Resultado do Banco Central:** se positivo, é transferido ao Tesouro mediante depósito na conta única e só pode ser utilizado no pagamento da dívida mobiliária; se negativo, é coberto com a transferência de títulos públicos ao Banco Central.

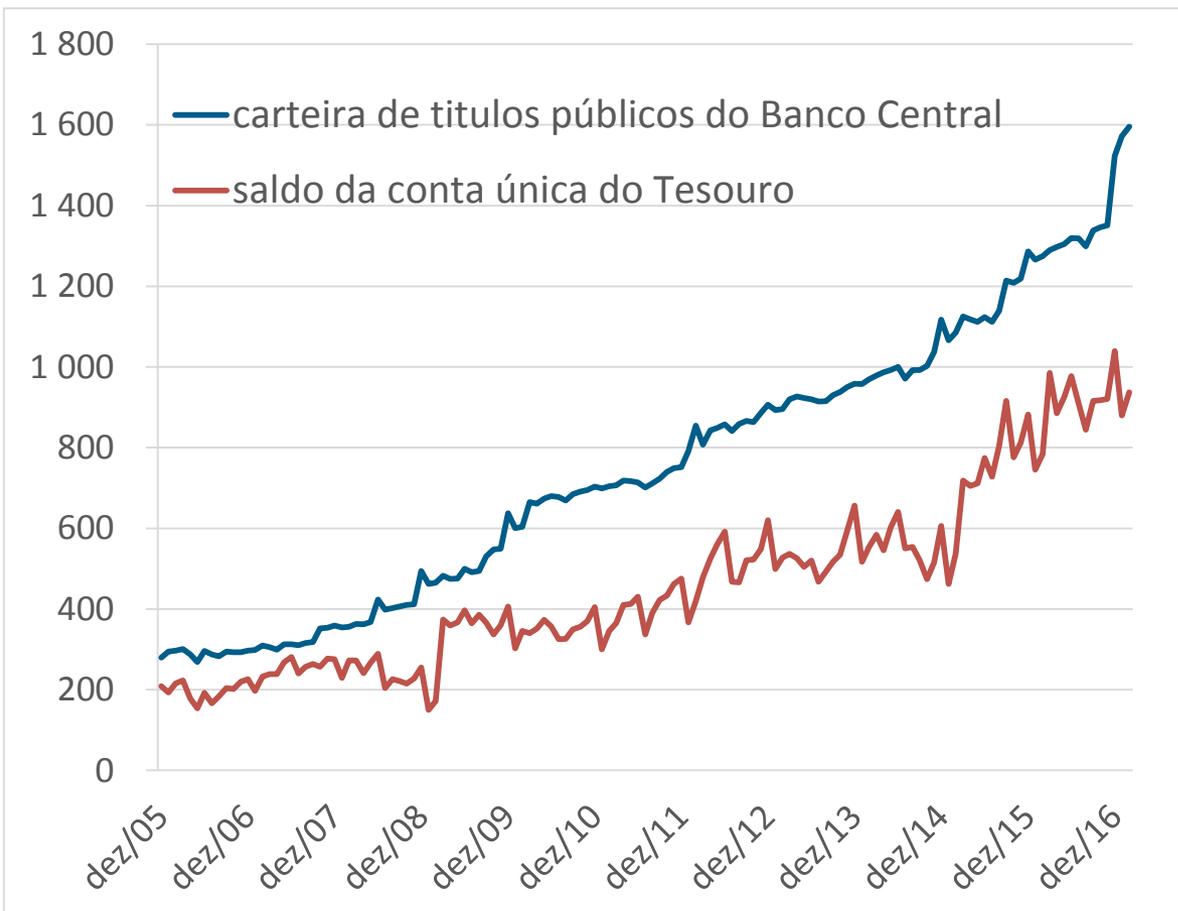
Mais recentemente, chama-se a atenção para: (i) a incorporação de ganhos patrimoniais advindos da equalização cambial e (ii) o uso desses recursos para financiar gastos primários do governo

## EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS E DAS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS DO BANCO CENTRAL



- Aumento das reservas até 2012 financiado com operações comprometidas
- Consequências:
  - (i) aumento do endividamento público e
  - (ii) impactos no resultado do Banco Central em função de variação cambial

## TÍTULOS PÚBLICOS DO BACEN E SALDO DA CONTA ÚNICA DO TESOURO (R\$ BI)



- Equalização cambial: se positiva → transferência em dinheiro à conta única do Tesouro; e, se negativa → cobertura do Tesouro por meio da emissão de títulos.
- Portanto, a carteira de títulos do Bancen e o saldo da conta única podem subir continuamente e de modo significativo por conta das oscilações da taxa de câmbio

	2014	2015	2016	Projeções				
				2017	2018	2019	2020	2021
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,77	-3,59	0,46	1,93	2,38	2,21	2,21
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	9,00	8,50	8,50	8,00	7,50
Juros reais (% a.a.)	6,67	7,18	7,33	6,58	4,07	3,83	4,09	3,61
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,85	-2,49	-2,81	-2,41	-1,94	-1,60	-1,18
d/q Governo Central	-0,35	-1,94	-2,54	-2,74	-2,35	-1,89	-1,55	-1,14
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	-5,39	-8,36	-6,49	-6,04	-5,35	-5,33	-5,25	-5,15
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-8,84	-7,76	-7,27	-6,85	-6,33
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,28	65,45	69,87	76,94	80,16	82,39	82,84	84,33



# Obrigado!

Todas as edições do RAF estão disponíveis para download em:  
<https://www12.senado.leg.br/ifi/public>.  
Contatos: [ifi@senado.leg.br](mailto:ifi@senado.leg.br) | (61) 3303-2875